Implicações jurídicas e administrativas do exercício ilegal da odontologia: uma revisão crítica sobre a efetividade das sanções

Autor(res)

Gabriela Carreiro De Souza
Saulo Felipe Barros De Souza
Tássio Luiz Da Silva Freitas
Cristal Milhomen Loureiro Dos Santos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FAMA MACAPÁ

Resumo

O exercício ilegal da odontologia é uma prática que compromete a segurança dos pacientes e a imagem dos profissionais habilitados, gerando riscos à saúde pública. Profissionais não qualificados ou não autorizados, ao realizar procedimentos odontológicos, podem causar danos físicos e psicológicos. No Brasil, essa prática é crime tipificado pelo Código Penal, e o combate a essa atividade envolve sanções penais e administrativas, além de fiscalização pelos Conselhos Regionais de Odontologia (CROs) e pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO). Contudo, a eficácia dessas sanções ainda enfrenta desafios. Este estudo busca analisar as sanções penais e administrativas relacionadas ao exercício ilegal da odontologia no Brasil, avaliando sua eficácia na prevenção dessa prática. Também investiga a atuação dos CROs e do CFO na fiscalização, além de identificar lacunas na aplicação das punições. O estudo adota uma revisão narrativa exploratória com base na análise documental de normas jurídicas, como o Código Penal Brasileiro e o Código de Ética Odontológica. Foram consultadas revisões científicas, materiais jornalísticos e informações disponibilizadas nos sites dos Conselhos de Odontologia, além de processos judiciais. A pesquisa de artigos foi ampliada através das bases de dados bases de dados Scielo e Lilacs. Observou-se que as sanções previstas, como reclusão e multa, aparentemente mostram-se insuficientes para impedir a reincidência da prática ilegal. A fiscalização pelos Conselhos de Odontologia enfrenta dificuldades, sobretudo pelo baixo efetivo e pelo limitado alcance geográfico. Em regiões periféricas, a população, sem acesso a serviços odontológicos regulares, opta por tratamentos em condições irregulares, o que agrava o problema. Para combater o exercício ilegal da odontologia, é fundamental aplicar as sanções penais e administrativas de forma mais rigorosa, associadas a campanhas educativas e preventivas que conscientizem a população sobre os riscos envolvidos.